



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FAEFI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA

ANA CAROLINA LINO SILVÉRIO

**ABORDAGEM DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NOS CURSOS DA ÁREA DA
SAÚDE**

UBERLÂNDIA

2018

ANA CAROLINA LINO SILVÉRIO

**ABORDAGEM DA SAUDE DA POPULAÇÃO NEGRA NOS CURSO DA ÁREA DA
SAÚDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Fisioterapia da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Fisioterapia.

Orientadora: Nicole Geovana Dias Carneiro

UBERLÂNDIA

2018

RESUMO

O estudo da Saúde da População Negra é de grande importância para identificar e solucionar as questões que afetam a saúde dessa população, dentre estas, o racismo, um dos principais determinantes sobre a saúde da população negra. A Saúde da População Negra não é uma área de conhecimento priorizada nos atuais cursos da área da Saúde, apesar de essencial para a formação dos profissionais de saúde e para a própria população negra. Essas ausências e insuficiências podem indicar o não reconhecimento das necessidades da saúde da população negra impactando em desigualdades em índices importantes. Esse estudo tem como objetivo apurar nos cursos de graduação na área da Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) a existência de conteúdo sobre Saúde da População Negra. Para essa pesquisa, foram feitas análises das disciplinas, ementas e planos de ensino dos cursos da área saúde da UFU. Como resultados obtivemos poucos achados de abordagem da Saúde da População Negra. Contudo, apresentamos possíveis potencialidades de onde esse importante tema pode ser abordado nas disciplinas dos cursos da área de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da População Negra. Educação em Saúde. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The study of the Health of the Black Population is of great importance to identify and solve the issues that affect the health of this population, among them, racism, one of the main determinants on the health of the black population. The Health of the Black Population is not an area of knowledge prioritized in the current courses in the area of Health, although essential for the training of health professionals and for the black population itself. These absences and shortcomings may indicate the non-recognition of the health needs of the black population, impacting on inequalities in important indices. The purpose of this study is to determine the existence of content on Health of the Black Population in the undergraduate courses in the Health area of the Federal University of Uberlândia (UFU). For this research, there were analyzes of the disciplines, menus and teaching plans of the courses of the UFU health area. As results we obtained few findings of approach of the Health of the Black Population. However, we present possible potentialities from which this important theme can be approached in the disciplines of the health courses.

KEYWORDS: Black population health. Health Education. Public Policies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
OBJETIVOS	9
METODOLOGIA	10
RESULTADOS E DISCUSSÃO	11
CONCLUSÃO	18
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	19

INTRODUÇÃO

O estudo da Saúde da População Negra é de grande importância para identificar e solucionar as questões que afetam a saúde dessa população, dentre estas, o racismo, um dos principais determinantes sobre a saúde da população negra (BRASIL, 2011). Entender as prioridades e necessidades em saúde dessa população propicia um olhar diferenciado ao cuidado e atenção à saúde necessária que esse grupo populacional tem direito. A Saúde da População Negra não é uma área de conhecimento priorizada nos atuais cursos da área da Saúde, apesar de essencial para a formação dos profissionais de saúde e para a própria população negra (WERNECK, 2016).

É inexpressível a produção de conhecimento científico nessa área e existem poucos estudos sobre o assunto, além de insuficientes dados (demográficos, econômicos, sociais) para produzir referencial teórico sobre o tema (WERNECK, 2016). Um assunto imprescindível na formação de futuros profissionais da saúde merece mais atenção, tanto em nível dos docentes, que devem abordar este conteúdo em suas aulas, quanto em instâncias maiores que determinam o conteúdo programático das grades curriculares. Mas, infelizmente, esse assunto se mostra pouco importante e não levado em consideração por professores e professoras, pesquisadores e pesquisadoras, estudantes e profissionais de saúde no Brasil (MONTEIRO, 2016).

Essas ausências e insuficiências podem indicar o não reconhecimento das necessidades da saúde da população negra (WERNECK, 2016) impactando em desigualdades em certos índices importantes. Um exemplo é a porcentagem de nascimentos provenientes de mães adolescentes de 15 a 19 anos, que foi de 29% entre os nascidos vivos negros, 1,7 vezes maior que a de nascidos vivos brancos (BRASIL, 2005).

O mesmo estudo verificou que 62% das mães de nascidos brancos referiram ter passado por sete ou mais consultas de pré-natal e 37% para as mães de nascidos pardos. O risco de uma criança preta ou parda morrer antes dos 5 anos por causas infecciosas e parasitárias é 60% maior do que o de uma criança branca. Também, o risco de morte por desnutrição apresenta diferenças alarmantes, sendo 90% maior entre crianças pretas e pardas que entre brancas. Ainda prevalecem os diferenciais de raça, cor e etnia, quando a análise está centrada na proporção de óbitos por causas externas (BRASIL, 2005).

O risco de uma pessoa negra morrer por causa externa é 56% maior que o de uma pessoa branca; no caso de um homem negro, o risco é 70% maior que o de um homem branco. No geral, o risco de morte por homicídios foi maior nas populações negra e parda, independentemente do sexo. A análise dos dados desse estudo também permitiu as seguintes constatações: as mulheres negras grávidas morrem mais de causas maternas, a exemplo da hipertensão própria da gravidez, que as brancas; as crianças negras morrem mais por doenças infecciosas e desnutrição; e, nas faixas etárias mais jovens, os negros morrem mais que os brancos (BRASIL, 2005).

E talvez, no que seja mais grave, a negligência desses estudos torna mais difícil uma tomada de atitude do governo federal, como por exemplo, a criação de programas que solucionam as necessidades em saúde para esse grupo populacional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aponta que o contingente populacional negro é de 52,9% da população brasileira e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra que cerca de 70% do público de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) são negros (BRASIL, 2014). Diante desses dados, é evidente a necessidade de estratégias políticas para a efetivação da equidade no que tange a População Negra, que, até hoje, sofre com discriminações raciais. É válido ressaltar que essas estratégias não são apenas no atendimento e tratamento das pessoas negras, mas o incentivo à produção de conhecimento dessa temática.

O SUS desde a sua criação tem, dentre as suas estratégias, a Promoção da Saúde, que pretende, por meio da Política de Promoção a Saúde, promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes. Sendo assim, esta política não foca apenas na doença do indivíduo, mas no modo de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais de cada pessoa, atendendo, assim, as necessidades sociais em saúde da população. Essa política tem por propósito abranger e atingir toda a população brasileira, mas sabemos que cada grupo populacional tem suas particularidades e necessidades diferentes, como é o caso da População Negra, que ainda sofre com discriminações raciais, inclusive no âmbito da saúde. Por isso, a Política de Promoção da Saúde tem como modo de pensar e de operar articulado às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro, contribuindo na construção de ações que possibilitam efetivar a equidade em Saúde (BRASIL, 2010).

Pensando nisso, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde, que tem como objetivo promover a saúde integral da população negra, priorizando a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS e inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra (BRASIL, 2013).

Dentre as diretrizes da PNSIPN, está o incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra, assim como fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra. Diante disso, vemos que o incentivo está previsto, porém não é efetivado. Principalmente durante a graduação, em que a própria carência de estudo dificulta a penetrabilidade do conhecimento nas salas de aulas, em debates e no próprio enfrentamento ao racismo, incapacitando estratégias mais pontuais para a efetivação da equidade. E, para além disso, desestimula a produção de conhecimento de pessoas interessadas no assunto, que sem dados completos, científicos e atualizados impossibilita uma pesquisa eficaz.

É válido ressaltar que o Estudo da Saúde da população negra engloba a Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. E, mesmo com mais de 10 anos sancionada, pouco se vê na prática a efetivação dessa Lei, seja no campo educacional ou no despertar da população para a temática étnico racial como um todo (SILVA, 2013).

A Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. (BRASIL, 2003). Como desdobramento dessa lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ampliaram o espectro para a Educação Superior orientando a inclusão de tal temática nos respectivos cursos de graduação (BRASIL, 2004).

Monteiro (2016) afirma que os cursos da área da saúde, por exemplo, pouco ou nada tem realizado no sentido de considerar o tema em pauta como conteúdo pertinente à formação dos novos profissionais da saúde.

De acordo com Gomes (2011):

É importante compreender a força e o caráter da lei n. 10.639/03. Como se trata de uma alteração da lei n. 9394/96, via inserção dos artigos 26 A e 79 B, quando a ela nos referimos, estamos falando da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e não de uma legislação específica voltada para a população negra. Ou seja, o seu teor e suas diversas formas de regulamentação possuem abrangência nacional e devem ser implementados por todas as escolas públicas e privadas brasileiras, assim como pelos conselhos e secretarias de educação e pelas universidades (GOMES, 2011, p.109).

A Lei 10.639 estabelece a discussão dos temas étnico-raciais em toda educação brasileira. É preciso incluir essa temática na formação permanente dos profissionais de saúde em cursos como medicina, enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia, odontologia e outros. Logo se antevê que a ausência do tema na formação desses alunos repercute negativamente na atuação dos profissionais e dos gestores, não capacitados para entender a importância deste aspecto na elaboração das políticas públicas e também no atendimento à População Negra.

OBJETIVOS

Esse estudo tem como objetivo apurar nos cursos de graduação na área da Saúde da Universidade Federal de Uberlândia a existência de conteúdo sobre Saúde da População Negra, seja em disciplinas obrigatória ou optativas, ou nas ementas e planos de ensino, cumprindo assim, a Lei 10.639 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Além disso, pretende alertar docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da saúde sobre a importância do estudo e do ensino da saúde da população negra, bem como construir estratégias para a aplicabilidade efetiva da Lei 10.630 nos cursos da área da saúde na UFU.

Diante das particularidades e trajetórias da população negra somada à escassez na abordagem da temática racial e histórica da cultura Afro-Brasileira e Africana nos diversos momentos pedagógicos trilhados pelos estudantes, é de fundamental importância compreender o panorama do Ensino Superior em Saúde na Universidade Federal de Uberlândia quanto às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais.

A abordagem das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em conteúdos teórico-práticos na área da saúde apresenta-se potente para a diversificação da aprendizagem do estudante além de possibilitar uma melhoria na sua futura prática trabalhista, interdisciplinar e cidadã.

METODOLOGIA

Para essa pesquisa, inicialmente, foi feito um estudo bibliográfico aprofundado sobre a saúde da população negra e a falta desse estudo na graduação, e conseqüentemente sobre a Lei 10.639. Em seguida, utilizando princípios da pesquisa qualitativa (MINAYO, 2007) para realizar um levantamento de todos os cursos da área da saúde na Universidade Federal de Uberlândia nos campi de Uberlândia, e, então, a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) das grades curriculares, ementas e planos de ensino quanto à existência de disciplinas com conteúdo que aborde a Saúde da População Negra.

Os cursos verificados foram: Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Odontologia, Psicologia e Gestão em Saúde Ambiental. Todas as grades e ementas foram pesquisadas no site de cada faculdade, com fácil acesso na internet. Os planos de ensino do ano 2017.2 das disciplinas foram solicitados às respectivas coordenações de cada curso, por meio de uma carta formal enviada para os e-mails de cada coordenação e entregue pessoalmente.

A partir desse material de estudo, foi feita a identificação das disciplinas que continham a temática sobre a Saúde da População Negra e, posteriormente, analisada as possíveis inserções dessa temática em componentes curriculares passíveis dessa intervenção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em pesquisa às grades curriculares dos cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Odontologia, Psicologia e Gestão em Saúde Ambiental da Universidade Federal de Uberlândia não foram encontradas disciplinas obrigatórias ou optativas que explicitem a abordagem sobre Saúde da População Negra, bem como suas particularidades e necessidades.

Mesmo com a solicitação dos planos de ensino nas coordenações, só obtivemos respostas positivas do curso de Gestão em Saúde Ambiental e do Departamento de Saúde Coletiva do curso de Medicina que nos enviou as disciplinas de competência do seu departamento. Essa limitação de planos de ensino enviados inviabilizou uma pesquisa mais aprofundada e completa.

Em análise às ementas e planos de ensinamentos que obtivemos acesso foram encontrados os seguintes achados: no curso de Gestão em Saúde Ambiental, foi identificada uma disciplina chamada Espaço Rural e Saúde, em que é estudado a saúde coletiva em quilombolas. Nos demais componentes curriculares não foram encontrados nenhum tópico que deixasse explícita a aplicação da discussão sobre saúde da população negra.

No curso de Medicina, nas disciplinas de Saúde Coletiva II e Saúde Coletiva VII, foram encontrados tópicos importantes para a saúde da população negra, como por exemplo, o impacto dos determinantes sociais e marcadores de diferença na configuração da violência na saúde da população negra, bem como os aparatos normativo e jurídico para medidas de proteção social, assistência ao cuidado integral e sócio assistenciais a esse grupo populacional. E foi encontrado ainda, a inserção sobre a Política Nacional de Atenção Integral à População Negra para garantir equidade a essa população.

Outra descoberta importante, foi que no curso de Nutrição dentre as opções de disciplinas optativas que os alunos desse curso devem cursar, está uma disciplina chamada políticas públicas setoriais oferecida pelo Instituto de Economia da UFU que tem em sua ementa o estudo de políticas públicas para a promoção da igualdade racial.

Se considerarmos que analisamos oito cursos da área da saúde da UFU e encontramos apenas os achados acima, vemos o quão precário e deficitário tem sido o estudo sobre a saúde da população negra, bem como suas necessidades e particularidades, na formação de futuros

profissionais que atuarão na área da saúde em breve, e como isso provavelmente impacta diretamente no atendimento, tratamento e na qualidade do cuidado que estes irão oferecer a esse grupo populacional no exercício de suas profissões.

Em análises e comparações às ementas e planos de ensino, pode-se perceber a diferença na qualidade da descrição dos conteúdos programáticos para determinadas disciplinas, enquanto algumas resumiam o semestre em uma linha, outras tinham a preocupação e o interesse em discriminar, separar e citar todos os aspectos importantes e relevantes para cada componente curricular, e isso fez muita diferença nesta pesquisa.

É importante pensarmos também, como nesse caso, até a escassez de resultados, já é um resultado muito significativo. Na carta formal que foi enviada a todas as coordenações de todos os cursos citados anteriormente, ficou bem detalhado sobre o que era o estudo, e o quão importante era esses planos de ensino para uma pesquisa mais fidedigna. A recusa, a desconsideração, a não colaboração dessas entidades, demonstra o quão difícil é obter dados para produzir conteúdo sobre saúde da população negra, e perceber como o racismo institucional está nos pequenos detalhes, impedindo a população negra de avançar.

Sabemos que a saúde da população negra, bem como as relações étnico raciais, perpassa por vários aspectos e áreas de estudo. Quando a DCNERER amplia o espectro dos estudos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e seus desdobramentos para a graduação e pós-graduação, não limita ou cita os cursos que precisam abordar essa temática, pois sabe-se que todos os cursos de graduação independentemente da área de estudo precisam estudar relações étnico raciais, principalmente levando em conta o contexto histórico que o Brasil tem com essa população.

Nos cursos da área de saúde da UFU, por exemplo, podemos ver várias aplicabilidades. Um tema de extrema importância para entender melhor sobre saúde da população negra é reconhecer o racismo como um determinante no processo de saúde-doença-cuidado (BRASIL, 2011). No curso de Medicina, com a disciplina Saúde Coletiva e Método I, no curso de Fisioterapia e Nutrição que compartilham juntos o componente curricular Saúde Coletiva I, no curso de Enfermagem na disciplina Saúde Coletiva I, no curso de Psicologia na disciplina Psicologia e Políticas Públicas em Saúde Mental, no curso de Odontologia na disciplina Unidade de saúde humana 4, e no curso de Gestão em Saúde Ambiental na disciplina Epidemiologia, possuem em suas ementas o tópico de estudo sobre o processo de saúde-doença-cuidado. Dentro

dessas disciplinas, há uma enorme abertura para se falar sobre o racismo como determinante na saúde da população negra e para uma discussão acerca do racismo institucional no SUS.

Nos componentes curriculares que abordam grupos vulneráveis, frequentemente é falado sobre a população negra. O que é importante ser discutido é que a população negra não é um grupo vulnerável, mas sim está em condições de vulnerabilidade, e a partir disso, refletir sobre o que ou quem os coloca nessa condição, o que se pode fazer para retirá-los dessa conjuntura e os cuidados que devemos ter em saúde para com essa população (TAQUETTE; MEIRELLES, 2013).

Outra questão de grande relevância se aplica sobre os principais indicadores de saúde que incidem sobre a população negra, já elucidados anteriormente, como a taxa de mortalidade materna, a taxa de pré-natal, a taxa de mortalidade infantil, a taxa de mortes por causas externas ou por homicídios, a taxa de acometimento por doenças crônicas, taxa por doenças infectocontagiosas, entre outros. Esses dados importantes podem ser tratados tanto em disciplinas que possuem tópicos específicos de indicadores de saúde como no curso de Fisioterapia, Nutrição, Enfermagem, Medicina, e Gestão em Saúde Ambiental, tanto em disciplinas que abordem especificamente cada um dos tópicos acima.

Como por exemplo, nas disciplinas relacionadas à saúde da mulher e questões reprodutivas, seria uma ótima oportunidade para a discussão sobre a forma como a sociedade trata as mulheres negras e as não negras, e como isso afeta na saúde delas, e ainda como isso impacta diretamente nas taxas de mortalidade materna, e de pré-natal, e ainda refletir que esse grupo sofre além do racismo também o sexismo (KERNER, 2012), o que nos chama para um cuidado ainda mais integral e humanizado.

Em disciplinas de Pediatria ou de Patologia, existentes em quase todos os cursos de saúde, há uma abertura para se falar de doenças infecciosas e parasitárias em crianças, e cabe um debate de porquê as crianças negras são mais acometidas por essas doenças (BRASIL, 2005), no que elas têm de diferente das crianças não negras para serem mais contaminadas, e também discutir quais as possíveis causas desse índice, se pelas condições de moradia, falta de orientação, falta de acesso a saúde, dentre outras. E ainda estender esse debate, aos casos de morte por desnutrição em crianças que também é maior em crianças negras (BRASIL, 2005), principalmente no curso de Nutrição, seria interessante um diálogo bem consciente sobre as principais causas para essas mortes, bem como o papel dos profissionais de saúde quanto a isso.

No curso de Medicina, há um tópico no plano de ensino da disciplina Saúde Coletiva II para se falar sobre violências, o que não foi observado em nenhuma outra ementa de outros cursos, um tema muito relevante levando em consideração o país que vivemos, e um ótimo espaço para refletir quem são essas vítimas de violências, se elas têm sexo, cor, orientação sexual, e quais as consequências dessa violência na saúde destas, e sempre fazer o recorte de raça dentro desses dados (WAISELFISZ, 2016).

Outro tema que é imprescindível na formação dos profissionais de saúde é o das doenças crônicas, principalmente a hipertensão arterial e a diabetes mellitus, que são as que mais acometem a população brasileira e tem maior prevalência na população negra. Porém, o que é pouco comentado em salas de aulas é que essas doenças não estão em maior prevalência na população negra por uma questão genética, mas sim por tratamento dificultado ou/e evolução agravada, e cabe a discussão de quem ou o que tem dificultado esse tratamento (BRASIL, 2013).

Falando-se em genética, outra disciplina também presente em quase todos os cursos de saúde, seria cabível uma reflexão acerca do que é raça, o que biologicamente e fisiologicamente define a raça de uma pessoa, e discutir se a raça de uma população tem alguma relação com suas capacidades e comportamentos.

Outra disciplina existente em todos os cursos de saúde, na sua maioria nos primeiros períodos, é sobre ética, uma disciplina muito apropriada para poder falar sobre o respeito que devemos tratar nossos pacientes e colegas de trabalho, para expor nossos preconceitos e tentar desconstruí-los, para nos despir dos nossos julgamentos e aprender com as diferenças. A não tratar de forma deficitária, ou com menos ímpeto pessoas negras e nem as negar um tratamento de qualidade.

Ao se estudar saúde do trabalhador, caberia uma interessante discussão sobre os diferentes tipos de trabalho, quem ocupa os cargos de salários mais altos, quem ocupa os cargos com trabalho braçal, qual a cor da população que está nos índices de desemprego, e como isso se relaciona com o passado do nosso país, com a herança do período escravocrata que herdamos, além de poder debater sobre condições apropriadas e oportunidades para a população negra, além da necessidade de ações afirmativas para aumentar a inclusão racial nas instituições (YOSHIOKA; CLARET, 2014).

Em disciplinas que envolvam epidemiologia, é crucial falar sobre a importância do preenchimento do quesito raça/cor para os estudos epidemiológicos, para pesquisas, para

identificar os riscos em saúde da população e classificar as características dessa população, e conseqüentemente definir melhores estratégias para o enfrentamento ao racismo principalmente dentro da saúde e os índices que assombram essa população. Sabe-se que o preenchimento correto do quesito raça/cor é aquele onde o próprio sujeito declara a raça/cor que ele se considera (auto declaração) e não um terceiro que esteja preenchendo os dados de acordo com o que esse terceiro julga ser (DIAS; GIOVANETTI; SANTOS, 2009).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é pouco conhecida pelos profissionais de saúde e pelos graduandos dos cursos da área da saúde. Nas disciplinas que permeiam as políticas públicas, é essencial se falar sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, pois nela está um panorama da situação da saúde da população negra e ainda aponta diretrizes para uma efetividade maior para assegurar uma saúde de qualidade e melhores condições de vida para essa população.

Nas disciplinas que abordam diversidade e plantas medicinais, como é o caso do curso de gestão em saúde ambiental, há uma abertura para explicar sobre a cultura da população negra e a importância das plantas medicinais e da flora de uma forma geral para as religiões de matriz africana e afro-brasileiras, e como devemos respeitar a forma que esses religiosos utilizam dessas plantas como agentes em sua saúde (PAZ, et al. 2015).

Acima foram expostas algumas potencialidades de como se pode abordar o tema saúde da população negra, bem como as relações étnico-raciais, cumprindo assim a Lei 10.639. Agora é necessário refletir sobre as possíveis causas desses conteúdos não serem abordados em sala de aula, já que existem diretrizes que determinam esse conteúdo na graduação.

Uma provável e problemática justificativa para esse contexto é a falta de empatia e preparo dos docentes em abordar tal assunto nas disciplinas em salas de aula. A falta de empatia vem de um longo processo histórico de desvalorização e do silenciamento do negro, que ainda está enraizado na nossa sociedade e que vimos o quão afeta a saúde da população negra, e a falta de preparo se relaciona com a formação de tal profissional que, durante a sua graduação e especializações, pouco se viu sobre o tema e conseqüentemente pouco se reproduziu aos seus alunos.

Dito isso, vemos que a renovação de saberes, e a busca contínua por conhecimento deve ser uma realidade a esses docentes, bem como a atualização de informações e dos estudos epidemiológicos, visto que a saúde coletiva precisa constantemente ser estudada e atualizada de

acordo como a população vai se modificando. Portanto, a educação permanente de professores é essencial para que os dados e informações sobre a saúde da população negra seja replicado em salas de aula nas graduações.

O Ministério da Saúde oferece um curso à distância on line - Saúde da População Negra, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP) e é oferecido pela Secretaria Executiva da UNASUS. Dentre seus objetivos está: identificar a Política Nacional da Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no Sistema Único de Saúde (SUS); identificar as iniquidades referentes à saúde da população negra por meio dos dados epidemiológicos, abordando o racismo institucional em todas as suas dimensões (interpessoal e pragmática); e aplicar as estratégias da comunicação culturalmente efetiva no encontro com pacientes, famílias e comunidades negras. O curso é voltado aos profissionais de saúde que atuam na Atenção Básica, especialmente aos participantes do Programa Nacional de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e Mais Médicos. Além disso, também é aberto ao público, sendo ofertado para profissionais de quaisquer áreas do conhecimento que se interessem pelo tema.

A mesma universidade onde foi feita esta pesquisa conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB¹), criado em 2006 e tem como foco o ensino, a pesquisa e a extensão na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afro-descendentes, bem como na área dos estudos da História Africana e Cultura Afro Brasileira. O NEAB-UFU, atualmente aguarda a sua regularização junto à reitoria, e trata das questões de gênero, raça e etnia referentes às modificações na Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, trazidas pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam a educação das relações étnicoraciais e das histórias e culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas em todos os níveis de educação públicos e privados.

O NEAB-UFU desenvolve também parcerias no sentido de promover ações afirmativas pela igualdade racial. Nesse sentido os principais parceiros são: Canal Futura/fundação Roberto Marinho; Fórum de Promoção da Igualdade Racial de Uberlândia; Conselho Municipal de Igualdade Racial da Prefeitura de Uberlândia; OAB do Estado de Minas Gerais e 13a Seção Uberlândia-MG. Dentre as ações que esse núcleo fornece está o Projeto “A Cor da Cultura”, que atua na capacitação de educadores da rede pública de ensino das cidades de Uberlândia e região e

¹ Disponível em: www.neab.ufu.br

também docentes da Universidade. A Cor da Cultura é um projeto educativo de valorização da cultura afro brasileira, fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), a TV Globo e a SEPPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). O projeto teve seu início em 2004 e, desde então, tem realizado produtos audiovisuais, ações culturais e coletivas que visam práticas positivas, valorizando a história deste segmento sob um ponto de vista afirmativo.

Diante disso,

Cabe reconhecer que, como campo de pesquisa, formulação e ação, a saúde da população negra se justifica: pela participação expressiva da população negra no conjunto da população brasileira; por sua presença majoritária entre usuários do Sistema Único de Saúde; por apresentarem os piores indicadores sociais e de saúde, verificáveis a partir da desagregação de dados segundo raça/cor; pela necessidade de consolidação do compromisso do sistema com a universalidade, integralidade e equidade, apesar deste último ter sido longamente negligenciado, especialmente do ponto de vista da justiça social; pela existência de obrigação amparada em instrumentos legais (Werneck, 2016, p.539).

Portanto, o estudo da saúde da população negra precisa ganhar espaço nas salas de aula da graduação, na formação dos futuros profissionais de saúde e na qualificação dos que já atuam na área, para vermos os resultados no baixar dos índices que incidem sobre essa população e consequentemente uma melhoria na qualidade de vida destes.

CONCLUSÃO

Ao iniciar essa pesquisa, já tínhamos ideia de quais seriam os possíveis resultados. Pela minha vivência na graduação e interação com colegas de outros cursos da área de saúde da UFU eu sabia que pouco se falava na graduação sobre saúde da população negra, e isso me incomodava bastante. Saber que eu e meus futuros colegas de trabalho estava formando sem saber das necessidades da população negra e conseqüentemente sem saber tratar e cuidar dessa população me aborrecia muito. Então a escrita desse trabalho de conclusão de curso veio como uma forma de denúncia, de mostrar o quanto a universidade tem sido falha na formação de profissionais de saúde e o quanto isso interfere na saúde da população negra. E a própria dificuldade para executar essa pesquisa, tanto nos obstáculos de não conseguir a maioria dos planos de ensino, como na falta de incentivo e de dados para falar desse assunto, mostra o quão inacessível está o estudo da saúde da população negra. Mas também devemos exaltar os poucos cursos que se mostraram sensíveis a essa temática e tiveram a eficiência de escrever isso em seus planos de ensino e possibilitar essa pesquisa.

Dito isso, vemos a importância do estudo sobre a saúde da População Negra, e da inclusão dessa temática nos currículos e grades horárias dos cursos de saúde na graduação. Pois, para além dos benefícios para a própria população negra, está a possibilidade de graduandos/as desenvolverem uma visão multicultural da saúde, assim como a habilidade de estabelecer um relacionamento profissional terapêutico, culturalmente competente, firmado em uma perspectiva anti-racista e sexista. E assim, desconstruir esse sistema racista que persiste em continuar na nossa sociedade, e não diferentemente na saúde e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Campanha de Implementação da Política Nacional da Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://u.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/1104-sgep-raiz/pop-negra>. Acesso em 21 maio 2018

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º10.639/2003**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – 3. ed. – Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa**. – 2. ed. – Brasília, DF: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

BRASIL. **Racismo como determinante Social da Saúde**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir/PR. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-acoes-afirmativas/racismo-como-determinante-social-de-saude-1>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil: uma análise da situação de saúde no Brasil**. Brasília, DF, 2005.

DIAS, Jussara; GIOVANETTI, Márcia R.; SANTOS, Naila J.Seabra. (Org.). **Perguntar não ofende: Qual é a sua cor/raça/etnia? Responder ajuda a prevenir**. São Paulo, 2009. 105 p.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 111-130.

KERNER, Ina. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos estudos, CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 45-58, julho 2012. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002012000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 31 maio 2018.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MONTEIRO, Rosana Batista. Educação permanente em saúde e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p.524-534, 2016.

PAZ, Camila Esmeralda. et al. Plantas medicinais no candomblé como elemento de resistência cultural e cuidado a saúde. **Revista Cubana de Plantas medicinales**, Cuba, v. 20, n.1. 2015. Disponível em: <http://www.revplantasmedicinales.sld.cu/index.php/pla/article/view/201/109>. Acesso em 27 maio 2018.

SILVA, Maurício; PEREIRA, Márcia M.. Percurso da lei 10639/03 e o ensino de história e cultura africana no Brasil: antecedentes, desdobramentos e caminhos. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 22, p.125-135, jun. 2013.

TAQUETTE, Stella R.; MEIRELLES, Zilah Vieira. Discriminação racial e vulnerabilidades às DST/Aids: um estudo com adolescentes negras. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n.23, p.129-142, 2013.

WASELFISZ, Julio Jabobo. **Mapa da Violência 2016: Homicídios por arma de fogo**. Rio de Janeiro, FLACSO, 2016.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p.535-549, 2016.

YOSHIOKA, Ana Paula; CLARET, Eduardo Faria. O negro no mundo do trabalho: descontentamentos e lutas. **Revistas sem aspas**, São Paulo, v.3, n.1/2, jan./dez.2014.